

EMENDA MODIFICATIVA Nº 41 AO PLE Nº 13/2024

Modifica o Projeto de Lei do Executivo nº 13, de 2024, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2025, e acrescenta-lhe dispositivo normativo.

Artigo Único. Modifique-se a alínea “a” do inciso III do art. 3º do Projeto de Lei do Executivo nº 13, de 2024, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2025, e acrescente-se-lhe item, renumerando os demais, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

.....
.....

III -

.....
.....

a) Eixo Desenvolvimento Urbano, que tem por diretrizes:

1. melhorar a infraestrutura urbana, priorizando a mobilidade ativa e condições de habitabilidade;

2. ampliar a gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;”

Sala de Sessões da Câmara Municipal do Recife, 16 de maio de 2024.





GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

Liana Cirne Lins
Vereadora (PT)

Documento assinado digitalmente com usuário e senha por Liana Cirne.
Proposição eletrônica P807983235/47718. Para verificação de autenticidade utilize o QR Code exibido no rodapé.



GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de emenda objetiva, em termos gerais, incluir as diretrizes gerais que versam sobre o desenvolvimento das cidades, estabelecidas pelo ordenamento jurídico brasileiro, a fim de alinhar a destinação orçamentária municipal às conquistas históricas da população no âmbito do Direito à Cidade.

Nesse sentido, cabe pontuar que a Lei de Diretrizes Orçamentárias deve ter como premissa as necessidades da população. E, para tanto, é necessário que o orçamento seja destinado à concretização dos direitos e garantias positivadas no ordenamento jurídico e nas conquistas sociais fundadas na promoção dos direitos sociais.

À vista disso, vale salientar que o Direito à Cidade, considerado um direito humano e coletivo, é um compromisso ético e político de defesa de um bem comum essencial a uma vida plena e digna em oposição à mercantilização dos territórios, da natureza e das pessoas.

Em consonância a essa compreensão, reputa-se como essencial direcionar o orçamento público para a efetivação de diretrizes que fomentem o Direito à Cidade e todos os seus desdobramentos, tendo em vista que são elementos intrínsecos ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Esta emenda tem por objetivo, em específico, efetivar o princípio da participação popular. Isto é, oferecer à população um espaço de participação nas questões orçamentárias do município.

A proposta está adequadamente fundamentada no art. 166, § 4º, da Constituição Federal; art. 98, § 3º, da Lei Orgânica do Município; e possui compatibilidade com o Plano Plurianual 2022-2025. Não havendo óbices legais à Emenda ora apresentada, requer sua aprovação por esta Casa.

Sala de Sessões da Câmara Municipal do Recife, 16 de maio de 2024.

Liana Cirne Lins
Vereadora (PT)

